



11ª Assembleia Plenária
Integração da sustentabilidade
25 a 27 de setembro de 2014 – Santiago do Chile

Vinte anos não é nada? A Conferência Internacional de População e Desenvolvimento vinte anos depois da sua adoção

María Antonieta Alcalde, diretora de Assuntos de Interesse Público, Federação Internacional de Planejamento Familiar – Região do Hemisfério Ocidental (IPPF-RHO)

A Sra. Alcalde será a especialista convidada para a Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares, a celebrar-se no marco da 11ª Assembleia Plenária do ParlAmericas, de 25 a 27 de setembro de 2014, em Santiago do Chile.

A Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD) foi realizada em 1994 na cidade do Cairo, Egito, durante a qual 179 países aprovaram um Programa de Ação (PdA) a ser implementado em 20 anos. Este documento constituiu uma mudança no paradigma da relação entre a população e o desenvolvimento, ao passar de uma visão de controle demográfico a uma visão de direitos, pois se concentra nas necessidades dos indivíduos, com um enfoque nos direitos humanos e não centrado – como de costume – em objetivos meramente demográficos. Desta forma, as pessoas e os direitos humanos foram colocados no centro do desenvolvimento.

No PdA foram abordados os aspectos relevantes das relações entre a população e o desenvolvimento, o que se reflete na diversidade temática dos seus capítulos. A relação estreita que estabelece entre o direito à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, a população, a igualdade de gênero, a violência contra as mulheres, a pobreza e o desenvolvimento sustentável desde uma perspectiva de direitos é o que torna a CIPD de 1994 uma conferência histórica.

Neste contexto, a comunidade internacional chegou a um consenso em objetivos de população e desenvolvimento que se traduz em metas quantitativas e qualitativas a alcançar, no máximo, em 2014. Entre estas metas, destacam-se o crescimento econômico sustentável no contexto do desenvolvimento sustentável; a provisão de acesso universal à educação, especialmente para as meninas; a equidade e a igualdade entre homens e mulheres; a redução das taxas de mortalidade infantil e materna; o reconhecimento dos direitos reprodutivos; a provisão de acesso universal a uma ampla gama de serviços de saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar; o avanço na igualdade de gênero; a eliminação da violência contra as mulheres, entre outros.

O PdA e o seu cumprimento passaram por processos de revisão quinquenais: CIPD+5 em 1999, CIPD+10 em 2004 e CIPD+15 em 2009. Estes processos abordam os avanços, mas mostraram com clareza que a agenda e os compromissos acordados em 1994 estão longe de serem cumpridos. A 20 anos da CIPD, muitos dos problemas abordados no PdA continuam vigentes, mas também o mundo, os problemas e as necessidades da população mudaram significativamente. O processo de revisão da CIPD 20 anos depois da sua aprovação marcou uma importante oportunidade para revisar o contexto atual, reafirmar o compromisso com a total implementação do PdA e gerar novos compromissos para abordar os temas pendentes e os emergentes.

Em dezembro de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas, na sua resolução 65/234, reconheceu que muitos governos não poderão cumprir com os compromissos assumidos no PdA no prazo de 20 anos, de modo que foi decidido estendê-lo para depois de 2014. Além disso, estabeleceu que devia ser realizada uma revisão global integral, que agora conhecemos como CIPD além de 2014.

O processo foi conformado por diferentes relatórios e reuniões, entre as quais se destacaram as conferências regionais. Cada uma das comissões econômicas e sociais regionais realizaram uma conferência regional durante 2013 a fim de discutir os avanços e desafios na implementação do PdA e definir as prioridades da agenda regional de população e desenvolvimento.

No caso da América Latina e do Caribe, este evento foi duplamente importante. Em primeiro lugar, porque foi a primeira reunião da recém-criada Conferência Regional de População e Desenvolvimento; em segundo lugar, porque foi parte do processo da CIPD além de 2014. A reunião se celebrou em Montevideu, Uruguai, de 12 a 15 de agosto de 2013. Contou com a participação de 38 delegações de Estados-Membros e Associados, 24 agências regionais e internacionais, e 260 organizações não governamentais. Presidida pelo governo uruguaio, os Estados-Membro negociaram e aprovaram o Consenso de Montevideu, que define a agenda regional sobre população e desenvolvimento e os princípios, áreas prioritárias e marcos para a sua implementação.

O Consenso de Montevideu está dividido em três seções: princípios gerais, medidas prioritárias e recomendações de acompanhamento, sendo a segunda a mais ampla, pois detalha 108 compromissos sobre oito temas prioritários:

- Integração plena da população e a sua dinâmica no desenvolvimento sustentável com igualdade e respeito dos direitos humanos
- Direitos, necessidades, responsabilidades e demandas de meninos, meninas, adolescentes e jovens
- Envelhecimento, proteção social e desafios socioeconômicos
- Acesso universal aos serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva
- Igualdade de gênero
- A migração internacional e a proteção dos direitos humanos de todas as pessoas migrantes
- Desigualdade territorial, mobilidade espacial e vulnerabilidade
- Povos indígenas: interculturalidade e direitos
- Afrodescendentes: direitos e combate ao racismo e a discriminação racial
- Marcos para a implementação da futura agenda regional em população e desenvolvimento

No final da conferencia, os delegados aprovaram esta histórica agenda regional e se comprometeram a gerar mecanismos regionais para o monitoramento e a prestação de contas, elemento que será fundamental para o cumprimento dos compromissos propostos no Consenso.

Em todo o processo de CIPD além de 2014, os parlamentares representaram um papel relevante para assegurar que as reflexões e os compromissos propostos estiveram fundamentados nas necessidades das pessoas. No acompanhamento dos compromissos assumidos pelos Estados-Membros durante este processo, os parlamentares desempenharam um papel igualmente importante, contribuindo para a prestação de contas e vigilância da implementação e o impacto das políticas e ações derivadas deste processo através das estruturas parlamentares nacionais e regionais.